Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI
III SINESPP
20 a 24 OUTUBRO 2020
SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E DESIGUALDADES SOCIAIS: a emergência da crise dos cuidados

AGING AND SOCIAL INEQUALITIES: the emergence of the care crisis

Líbia Mafra Benvindo de Miranda [1]
Solange Maria Teixeira [2]

RESUMO
Este artigo tem como objetivo discutir a problemática do envelhecimento e do cuidado num contexto de desigualdades sociais, das mudanças na dinâmica demográfica e nos padrões de morbidade e mortalidade. É um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado na perspectiva histórica e dialética, através da qual se problematiza o envelhecimento como um fenômeno heterogêneo e a crise gerada no âmbito do cuidado para pessoas idosas dependentes em meio às transições demográfica e epidemiológica, transformações societárias, bem como ausência de políticas públicas de cuidado. Verifica-se, com base neste estudo, que o processo de envelhecimento ocorre de forma diferente em relação aos indivíduos, conforme as estruturas sociais (classe, gênero, raça-etnia, entre outras) e que a crise do cuidado também impacta de forma diferenciada nas várias frações da sociedade, agravando as desigualdades sociais e de gênero.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Cuidado. Desigualdades. Gênero.

ABSTRACT
This paper aims to discuss the problem of aging and care in a context of social inequalities, changes in demographic dynamics and patterns of morbidity and mortality. It is a bibliographic study, based on the historical and dialectical perspective, through which aging questioned as a heterogeneous phenomenon and the crisis generated in the scope of care for elderly people dependent on means of demographic and epidemiological transitions, societal transformations, and absence of public care policies. Based on this study, it verified that the aging

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em Políticas Públicas/ UFPI. Graduada em Serviço Social/UFPI. Especialista em Educação Ambiental pelo SENAC. Assistente Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail:libiamafra@gmail.com.
[2] Professora da Pós-Graduação em Políticas Públicas e do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: solangeufpi@gmail.com.

process occurs differently in relation to individuals, according to social structures (class, gender, race-ethnicity and others) and that the care crisis affect differently on the various fractions society, aggravating social and gender inequalities.

Keywords: Aging. Care. Inequalities. Genre.

INTRODUÇÃO

O debate atual sobre os temas envelhecimento e cuidados vem se intensificando com o aumento da população com mais de 60 (sessenta) anos, no Brasil e no mundo, sendo que na sociedade brasileira isso vem acontecendo de forma mais acelerada do que nos países desenvolvidos. Minayo e Coimbra Júnior (2002, p. 12) ressaltam que "o Brasil dobrou o nível de esperança de vida ao nascer em relativamente poucas décadas, numa velocidade muito maior que os países europeus, os quais levaram cerca de 140 anos para envelhecer". Esse fenômeno relaciona-se com as mudanças demográficas e epidemiológicas, ou seja, com a redução da taxa de fecundidade, natalidade e mortalidade, com o controle e erradicação de doenças que resultaram no aumento da expectativa de vida.

Apesar do envelhecimento populacional constituir-se num grande feito da humanidade, os organismos internacionais percebem isso como uma oportunidade e um desafio, posto que por um lado aumenta o tempo de vida, mas por outro revela um paradoxo, que é ter mais tempo de vida numa sociedade despreparada para lidar com essa população, em termos de políticas de cuidados (CARVALHO; ALMEIDA, 2014).

Historicamente, os cuidados com as pessoas idosas têm se configurado como uma responsabilidade da esfera privada, da família e, mais especificamente, da mulher; muitas vezes sobrecarregando-a (HIRATA, 2012; CENDRA, 2016; MARCONDES, 2017; MOSER; PRÁ, 2016). Com as transformações societárias em curso, o debate sobre envelhecimento e cuidados se torna central, demandando pesquisas e políticas públicas condizentes com a nova realidade.

Estudos mostram que a queda de fecundidade e a ampliação da demanda por cuidados com idosos, dado o aumento da expectativa de vida, podem, a longo prazo, significar uma redução da oferta do número de potenciais cuidadores. Aliado a esses fatores, tem-se a expansão da inserção da mulher no mercado de trabalho e as

mudanças na família, que também incidem sobre os cuidados das pessoas idosas dependentes e sobre os cuidadores (CAMARANO; MELO, 2010; DUART; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir a problemática do envelhecimento e do cuidado num contexto de desigualdades sociais. É um estudo de caráter bibliográfico fundamentado em produções acadêmicas sobre as temáticas abordadas, estando dividido em quatro partes, entre elas introdução e considerações finais.

Numa perspectiva histórica e dialética, problematiza-se o envelhecimento como um fenômeno heterogêneo e a crise gerada no âmbito do cuidado para pessoas idosas dependentes, ocasionada pelas transições demográfica e epidemiológica, pelas transformações societárias e pela ausência de políticas públicas de cuidado.

Dessa forma, questiona-se, para fins deste estudo: O que é envelhecimento e cuidados? Quais fatores são determinantes tanto para o agravo como para o alívio da crise do cuidado? Sobre quais frações da sociedade a crise do cuidado impacta, exacerbando as desigualdades?

Parte-se do pressuposto de que assim como o processo de envelhecimento ocorre de forma diferente em relação aos indivíduos, conforme as estruturas sociais (classe, gênero, raça-etnia, entre outras), a crise do cuidado também impacta de forma diferenciada nas várias frações da sociedade, agravando as desigualdades sociais e de gênero.

2 ENVELHECIMENTO E DESIGUALDADES SOCIAIS

O envelhecimento tem se tornado objeto de interesse de instituições diversas e da sociedade, inclusive no âmbito da academia. Isso vem contribuindo para o desenvolvimento de estudos nas mais variadas disciplinas e áreas, enriquecendo o debate e complexificando a sua compreensão conceitual, devido ao seu caráter histórico e processual (CARVALHO, 2013).

Neste estudo, partimos do entendimento que envelhecer é um processo mais amplo que o aspecto biopsicossocial, sendo imperativa uma análise numa perspectiva de totalidade social, e considerando os determinantes de classe, gênero e raça-etnia, pois esse viés supera a concepção de velhice limitada ao cronológico, biológico, demográfico e às características universais. O envelhecimento é um fenômeno global

que se expressa de maneira variada e desigual nas classes sociais e grupos de uma determinada sociedade (TEIXEIRA, 2008; CUNHA; SILVA, 2019).

Conforme Pachoal (1996) o envelhecimento envolve aspectos biológico, social, intelectual, econômico, funcional e cronológico. Outros autores associam envelhecimento ao ciclo da vida, enquanto processo natural que incide de forma particular em cada indivíduo. De acordo com Zimerman (2000, p. 21) o envelhecimento pressupõe alterações naturais gradativas, ocorrendo de forma precoce ou avançada, conforme as especificidades individuais, a exemplo de fatores genéticos e condições de vida.

Na concepção de Carvalho (2013, p. 5) o "envelhecimento é por um lado aumento do número de pessoas idosas na população e, por outro lado [...] se associa ao ciclo da vida". Contudo o concebe como um processo complexo e dinâmico, que ocorre ao longo da vida, desde a concepção até a morte, podendo ser explicado do ponto de vista demográfico, das idades cronológicas, fisiológicas e biológicas, psicológicas, culturais e sociais (CARVALHO, 2013).

Porém, envelhecimento não pode ser compreendido apenas como um declínio geral, tampouco limitado a uma perspectiva biológica, epidemiológica e demográfica. De acordo com Teixeira (2009) os aspectos sociais (socioeconômicos e culturais) têm sido pouco abordados ou restritos a papéis e hábitos sociais, e não a determinantes estruturais, como a condição de classe, no modo de envelhecer. Ainda de acordo com Teixeira (2009, p. 64) essas análises obscurecem que o envelhecimento do trabalhador é expressão da questão social, e como tal tem centralidade na problemática social do envelhecimento, e que as pessoas não envelhecem da mesma forma e enfrentando as mesmas dificuldades e vulnerabilidades postas pela condição etária, uma vez que:

> [...] considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobrezas, e exclusões sociais lhes são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador (TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Dessa forma, a análise desse processo precisa considerar que o homem (genérico) não pode ser dissociado das suas condições de existência e trabalho, pois elas

refletem nos diferentes modos de envelhecer, sendo o envelhecimento da classe trabalhadora diferente do envelhecimento dos donos dos meios de produção.

Essa análise, numa perspectiva de classe e totalidade, permite ainda identificar outros fatores de desigualdades (raça-etnia, gênero, diferenças regionais) que agravam o processo de dominação/exploração e incidem na qualidade e expectativa de vida dessas pessoas (HADDAD, 1993, p. 9). Nesse sentido, envelhecer varia de sociedade para sociedade, e de indivíduo para indivíduo, visto que se relaciona com o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido e que determina sua trajetória de vida. Compartilhando dessa mesma compreensão, Boutique e Santos (1996, p. 82) esclarecem:

> É importante, então, considerar que não existe um só envelhecer, mas processos de envelhecimento, como o de gênero, de etnia, de classe social, de cultura – determinados socialmente. As desigualdades do processo de envelhecimento se devem, basicamente, às condições desiguais de vida e de trabalho a que estiveram submetidas as pessoas idosas.

Concorda-se com Teixeira (2019, p. 177) quando ele afirma que decorrem da leitura demográfica, pautada em dados estatísticos, cronológicos e biológicos as percepções "homogeneizantes, a-históricas e abstratas", pois desconsideram as diferenças e desigualdades que permeiam os modos de envelhecer. Entende-se que isso tem implicações na elaboração e execução das políticas públicas de envelhecimento e cuidado, que por um lado universalizam direitos, a exemplo do Brasil, baseando-se apenas no critério de idade, sem considerar as diferenças e desigualdades dos grupos populacionais de idosos.

Portanto, analisar esse fenômeno sob essa perspectiva de totalidade supera as visões universalistas do processo de senescência e as singularizantes, que individualizam o processo, para considerar as múltiplas determinações que ligam os fenômenos à totalidade. Essa análise crítica, fundamentada no materialismo dialético, método que desnaturaliza os fenômenos sociais e busca desvendar sua essência, de maneira a alcançar o concreto pensado enquanto síntese das múltiplas determinações, possibilita evidenciar a pluralidade dos modos de envelhecer e o que os aproximam e geram certas homogeneizações, situadas no contexto das relações sociais.

Ou seja, o envelhecimento não é um processo homogêneo, ele é complexo e heterogêneo, vivido de maneira particular por cada indivíduo, "embora sejam possíveis

certas universalizações, pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida" (TEIXEIRA, 2019, p. 177). Nesse aspecto, corroboram Minayo e Coimbra Júnior (2002, p. 15) afirmando que "nas análises do envelhecimento humano, trata-se de abrir-se para a diversidade e as condições históricas que possibilitam algumas homogeneizações por frações de classe e grupos, condições de gênero, etnia-raça e outros". Portanto, esses demarcadores proporcionam heterogeneidades, diferenças e desigualdades sociais, mas também homogeneizações.

Assim, estabelecer a relação entre singularidade, particularidade e totalidade nos permitirá pensar em políticas de cuidados condizentes com as demandas emergentes e a realidade das pessoas idosas, à medida que se desnaturaliza o processo de envelhecimento.

Dessa forma, sob essa mesma perspectiva se busca discutir, na seção seguinte, o cuidado e a sua crise em meio às transformações societárias em curso, com vistas a evidenciar que essa crise agrava as desigualdades sociais e de gênero em determinadas frações da sociedade menos favorecidas economicamente.

3 A CRISE DE CUIDADOS NO CONTEXTO DAS TRANSIÇÕES DEMOGRÁFICAS E EPIDEMIOLÓGICAS: a exacerbação das desigualdades

O cuidado é uma prática existente desde o início da história da humanidade e objetiva a continuidade da vida de indivíduos e grupos. Enquanto trabalho, o cuidado também se modifica e se expressa de formas diferentes, conforme o contexto social e histórico e, portanto, também o seu significado. Assim, configura-se como um termo multidimensional, histórico, cultural e ideológico. Mas apesar da complexidade do seu conteúdo e dos diferentes significados, enquanto categoria analítica, o termo tem se consolidado amplamente (CENDRA, 2016).

Para Hirata (2012), cuidado comporta diferentes significados, havendo estudos em todo o mundo a partir de diferentes perspectivas (moral, ética, política, trabalho, classes sociais), destacando que no Brasil os estudos sobre cuidado estão mais ligados à enfermagem e à gerontologia social, por envolverem vários aspectos relacionados à saúde. Contudo, o interesse pelo tema nas ciências sociais vem aumentando devido às

mudanças demográficas, “a tendência é de interesse crescente também nas disciplinas das ciências sociais e humanas, dada a crescente longevidade e envelhecimento da população em todas as regiões do mundo” (HIRATA, 2012, p. 284).

Para fins deste estudo, interessa-nos analisar o cuidado a partir das categorias gênero, trabalho, produção e reprodução social. O uso de gênero como categoria analítica no campo das ciências sociais vem permitindo analisar os “papéis” tradicionais atribuídos às mulheres na família, no mercado e no Estado. Segundo Piscitelli (2009, p. 146), o termo é permeado pelo seu caráter político (pois envolve relações de poder) e se refere às relações assimétricas, que colocam a mulher numa posição de subordinação, mas também se preocupa “em como as construções de masculinidade e feminilidade” (grifos da autora) articulam-se com outras questões que também são fatores desencadeadores de desigualdades e diferenças como raça, classe social, nacionalidade e idade.

No contexto da sociedade capitalista, discutir gênero requer uma análise sobre como a sociedade se organiza para produzir bens e serviços e para promover a produção social humana, tendo como elemento central desse processo de sociabilidade o trabalho. Pois isso, como assevera Gama (2014, p. 30), “implica o reconhecimento de que relações sociais construídas por homens e mulheres sempre se assentam no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida”.

No modo de produção capitalista, as dimensões produção e reprodução social são separadas e hierarquizadas, propiciando a “invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares” (GAMA, 2014, p. 30), devido à divisão sexual do trabalho, que define o que compete ao gênero masculino e ao gênero feminino. Expressa as relações de poder entre homem e mulher, poder esse distribuído de forma desigual, sendo historicamente conformada a subordinação feminina através da destinação de “papéis” vinculados à esfera doméstica, à família e à produção de cuidados.

Ao discutir o trabalho na esfera da produção e reprodução social, Marcondes (2014, p. 61) define o trabalho produtivo como “aquele que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, também chamado de trabalho remunerado”, enquanto que trabalho reprodutivo se caracteriza pela manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades

realizadas na esfera privada e familiar, sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições etc.) (MARCONDES, 2014). Assim, a autora concebe como tendo o mesmo sentido trabalho reprodutivo, cuidado e tarefas domésticas.

Gama (2014), partindo do entendimento de que a reprodução da força de trabalho se insere na totalidade da produção do modo capitalista, apresenta suas concepções sobre trabalho doméstico e trabalho do cuidado. Define o trabalho doméstico como sendo as atividades instrumentais (lavar, passar, cozinhar e outras), mas também as concernentes ao cuidado das pessoas no âmbito da família ou do domicílio, sem remuneração e realizado essencialmente pelas mulheres. O trabalho doméstico, historicamente não é considerado trabalho, por não fazer parte da lógica de valor da produção, entretanto "ele participa da produção de valor pelo seu papel na reprodução da força de trabalho e pelo seu papel socializador" (GAMA, 2014, p. 43).

No que diz respeito ao cuidado, essa autora (2014, p. 47) o compreende como: [...] uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial, que implica um vínculo afetivo e emocional. [...] Pode ser exercido de forma remunerada ou não.

Compreende-se, neste estudo, cuidado como um trabalho, ainda quando não remunerado, que exige habilidades, competências, modos de fazer. Como um trabalho inerente à condição humana, mas que historicamente foi naturalizado como uma responsabilidade da mulher e realizado na esfera da reprodução social, portanto, constituindo-se um trabalho doméstico "enquanto trabalho realizado sem remuneração" (HIRATA, 2012, p. 285) ou trabalho reprodutivo, que engloba ambas as dimensões. Quanto à sua forma pode ser formal ou informal, remunerado ou não remunerado. Tendo pessoas como objeto da ação, dele decorrem relações sociais, podendo também envolver aspectos éticos, morais e afetivos no processo de cuidar e ser cuidado. Contudo, entende-se que o cuidado não seja só responsabilidade da família, mas também da sociedade, mediante financiamento, e do Estado, através de políticas públicas de cuidados, e até do mercado, que visa a venda do serviço a terceiros que podem pagar.

Entende-se que a cultura de delegar à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado reflete na ausência de políticas públicas que atendam à nova realidade, caracterizada pelas mudanças na família, na dinâmica demográfica e nos padrões de morbidade e mortalidade. Estudos mostram que apesar das mulheres terem conquistado a igualdade jurídica, na maioria dos países, "o trabalho relativo aos cuidados é ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada, porque não conseguiram obter os vastos e onerosos serviços sociais necessários para conquistarem uma perfeita igualdade em seu trabalho e em seu lar" (HOLMSTROM, 2014, p. 349), como por exemplo, políticas de cuidado de pessoas idosas.

Entretanto, novos desafios vêm se colocando para a família, a sociedade, o mercado e o Estado. A elevação da expectativa de vida foi acompanhada da transição epidemiológica, caracterizada pelo aumento progressivo de doenças e agravos crônicos não transmissíveis, pelas multimorbidades e as síndromes demenciais, aumentando a necessidade por cuidados contínuos, prolongados e/ou específicos. Pelas condições de vida e trabalho das classes populares (incluindo a classe trabalhadora) a incidência desses problemas é maior e incapacitante pelo não acesso a serviços de prevenção e tratamento. Assim, associadas à idade e à doença, as condições de existência e fatores de desigualdades sociais (classe, raça-etnia e gênero) implicam em demandas desiguais nas diferentes frações sociais no que concerne aos cuidados (DUART; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Estudos mostram que decorre dessa nova realidade, que aumenta a demanda por cuidados, inclusive os de longa duração, ao tempo em que diminui os cuidadores, pelas mudanças na família (menor número de filhos), inserção das mulheres no mercado de trabalho ou na condição de provedoras principais do domicílio) a crise de cuidados ou déficit de cuidado, bem como os agravamentos das desigualdades sociais e de gênero, pois em contexto de avanço das reformas neoliberais e de redução de gasto público, as políticas públicas estão encolhendo e precarizando-se, assumindo dimensões familistas e de mix público/privado, visando a reduzir as demandas do Estado (e os gastos) e repassá-las para a sociedade civil, mercado, famílias e aos próprios indivíduos. Na lógica familista potencializa-se a família e suas funções protetivas, que recaem amplamente sobre as mulheres, reproduzindo a tradicional divisão sexual do trabalho.

Outra questão destacada por Hirata (2012) e Cendra (2016) no contexto dos países desenvolvidos ou em meio aos com melhor poder econômico, em que o mercado oferece serviços de cuidado ou a sociedade civil, é a contratação de mão de obra barata dos imigrantes no processo de mercantilização do cuidado, muitas vezes sem garantias legais e de forma precarizada.

As saídas contemporâneas para o déficit do cuidado, mediante mercantilização ou reforço dele nas e pelas famílias, privatiza-se e individualiza-se os riscos sociais e acumulam sobrecargas e ampliação das responsabilidades familiares.

4 CONCLUSÃO

Pelas abordagens feitas até aqui, entendemos que o envelhecimento não é um processo homogêneo, é complexo e heterogêneo, vivido de maneira particular por cada indivíduo, embora fatores estruturais (classe, raça-etnia, gênero e outros) favoreçam certas homogeneizações. O envelhecimento populacional, o aumento da expectativa de vida e a longevidade constituem-se num grande feito da humanidade, mas coloca desafios para a sociedade e o Estado, posto que veio acompanhada de mudanças nos padrões de morbidade, devido ao aumento de doenças e agravos crônicos não transmissíveis, das multimorbidades e síndromes demenciais, demandando cuidados contínuos, prolongados e específicos.

Contudo, somando-se a esses fatores ocorrem transformações societárias, sobretudo na composição e características da família, impactando na questão do cuidado, posto que se reduz o número de potenciais cuidadores, bem como pela falta de políticas de cuidados, principalmente para pessoas idosas dependentes. Essa realidade favoreceu a emergência da chamada crise dos cuidados, que atravessa os diferentes grupos sociais, porém, exacerbando as desigualdades sociais e de gênero principalmente nas classes sociais mais pobres.

REFERÊNCIAS

BOUTIQUE, N. C.; SANTOS, R. L. A. Aspectos socioeconômicos do envelhecimento. *In*: PAPALÉO NETTO, M. (Org.). **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CARVALHO, M. I.; ALMEIDA, M. **Contributo para o desenvolvimento de um modelo de proteção social na velhice em Portugal.** 2014. Disponível em: http://www.app.com.pt/wp-content/uploads. Acesso em: 25 set. 2019.

CARVALHO, M. I. Um percurso heurístico pelo envelhecimento. *In*: CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço social no envelhecimento**. Lisboa: Pactor, 2013.

CENDRA, D. C. A. Hombres cuidadores: barreras de género y modelos emergentes. **Psicoperspectivas**, v. 15, n. 3, p. 10-22, 2016.

CUNHA, J. L. L.; SILVA, M. R. Envelhecimento, lutas e questão social na sociedade capitalista. *In*: TEIXEIRA, S.M.; PAIVA, S. O. C.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

DUARTE, Y. A. O.; BERZINS, M. A. V. S.; GIACOMIN, K. C. Política Nacional do Idoso: lacunas da lei e a questão dos cuidadores. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso:** velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, p. 455-477, 2016.

GAMA, A. S. **Trabalho, Família e Gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. v. 10, São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção: questões da nossa época)

HIRATA, H. S. O desenvolvimento das políticas de cuidado em perspectiva comparada: França, Brasil e Japão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: número especial, p. 283-290, out. 2012.

HOLMSTROM, N. Como Kal Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? *In*: CHABAUD, D. *et al*. (Orgs.). **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, p. 341-357, 2014.

LESSA, S. **O processo de produção e reprodução social:** trabalho e sociabilidade. Brasília: CEAD-UNB, 2006.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. *In*: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres, 2014.

MARCONDES, M. M. Cuidados: práticas sociais e ideologias. **Seminário Internacional Fazendo de Gênero, 11&13**. Florianópolis, 2017.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In*: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 11-24.

MOSER, L.; PRÁ, K. R. Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do "familismo" nas políticas sociais brasileiras. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 382-392, ago./dez. 2016.

PASCHOAL, S. M. P. Epidemiologia do Envelhecimento. *In*: PAPALÉO NETTO, M., **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Editora Atheneu, 1996. p. 26-43.

PASTORINI, A. Delimitando a questão social: o novo e o que permanece. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B. *et al.* (Orgs.). **Diferenças, igualdades**. Sociedade em foco. São Paulo: Berlendis, p. 116-148, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital:** implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum,** Vitória: v. 1, n. 1, p. 63-67, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e a proposta de "reforma" da previdência social: implicações para os velhos e as velhas trabalhadoras. *In*: TEIXEIRA, S. M.; PAIVA, S. O. C.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.